

Restaurante Universitário e Segurança Alimentar: um estudo de caso da Universidade Estadual de Ponta Grossa

*University Restaurant and Food Security:
a case study of Universidade Estadual de Ponta Grossa*

*Restaurante Universitario y Seguridad Alimentaria:
un estudio de caso de la Universidad Estatal de Ponta Grossa*

Tatiany Palácio Hilgemberg¹
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Giovana Moraes²
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Augusta Pelinski Raiher³
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Mirna de Lima Medeiros⁴
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a importância dos Restaurantes Universitários (RUs) na mitigação da insegurança alimentar (IA) entre estudantes de graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A pesquisa foi realizada com uma amostra probabilística estratificada de estudantes da UEPG, entre agosto e novembro de 2023. A mensuração da (in)segurança alimentar dos alunos foi realizada utilizando a metodologia da FAO, e a análise do impacto do RU na mitigação da IA foi conduzida por meio do método *Propensity Score Matching*. Como resultado, observou-se que os estudantes que utilizam o RU, na média, tendem a ter um menor grau de insegurança alimentar quando comparados a um grupo similar.

Palavras-chave: (In)Segurança alimentar; Restaurante Universitário; Assistência Estudantil; *Propensity score matching*.

Abstract: This study aimed to analyze the importance of University Restaurants (URs) in mitigating food insecurity (FI) among undergraduate students at the State University of Ponta Grossa (UEPG). The research was conducted with a stratified probabilistic sample of

¹ Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Ponta Grossa, Paraná (PR), Brasil. E-mail: tatianyphilgemberg@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9056768971667340>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5203-9031>.

² Graduanda em Ciências Econômicas pela UEPG. E-mail: moraesgigiovana@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3486407407120251>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5301-6810>.

³ Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora nos Programas de Pós-Graduação em Economia e em Ciências Sociais Aplicadas e no curso de Economia da UEPG; Bolsista Produtividade CNPQ. Ponta Grossa, Paraná (PR), Brasil. E-mail: apelinski@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2807884379340559>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9542-0689>.

⁴ Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo; Professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e no curso de Turismo da UEPG; Ponta Grossa, Paraná (PR), Brasil. E-mail: mirnadelimamedeiros@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8842456018278636>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7198-9835>.

UEPG students between August and November 2023. The measurement of students' food (in)security was carried out using the FAO methodology, while the Propensity Score Matching method was used to analyze UR's impact on mitigating FI. The results indicated that students who use the UR tend to present a lower degree of food insecurity on average when compared to a similar group.

Keywords: Food (in)security; University Restaurant; Student Assistance; Propensity score matching.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar la importancia de los Restaurantes Universitarios (RUs) en la mitigación de la inseguridad alimentaria (IA) entre estudiantes de pregrado de la Universidad Estatal de Ponta Grossa (UEPG). La investigación se realizó con una muestra probabilística estratificada de estudiantes de la UEPG, entre agosto y noviembre de 2023. La medición de la (in)seguridad alimentaria de los estudiantes utilizó la metodología de la FAO, y el análisis del impacto del RU en la mitigación de la IA fue conducido mediante el método de *Propensity Score Matching*. Los resultados indicaron que los estudiantes que utilizan el RU tienden a tener, en promedio, un grado menor de inseguridad alimentaria en comparación con un grupo similar.

Palabras clave: (In)Seguridad alimentaria; Restaurante Universitario; Asistencia Estudiantil; *Propensity score matching*.

Recebido em: 30 de janeiro de 2025

Aceito em: 06 de outubro de 2025

Introdução

A segurança alimentar é definida como o direito de ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. A insuficiência alimentar traz diversos malefícios ao longo da vida, incluindo doenças, má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho, mortalidade infantil e materna, e prejuízos no desenvolvimento físico e mental, resultando em baixo rendimento escolar. Para romper o ciclo vicioso da fome, são necessárias políticas específicas tanto de curto prazo, para ações imediatas, quanto de longo prazo, visando reverter a condição de pobreza. É uma das formas de quebrar esse ciclo, conforme a literatura da área, refere-se à inclusão da população socialmente vulnerável no ensino superior (Blom *et al.*, 2002).

A partir dos anos de 2000, diferentes políticas foram implementadas no Brasil (como a política de cotas), incentivando a inserção de grupos desfavorecidos no ensino superior. No entanto, quando um estudante de baixa renda entra na universidade, o rompimento do ciclo da pobreza não é imediato. Ele inicia a formação de seu capital humano, o que tende a melhorar sua condição socioeconômica futuramente, mas sua vulnerabilidade social, no presente, permanece. Com efeito, durante o período

universitário, esses estudantes enfrentam várias precariedades sociais, como baixa renda, emprego precário, pouco tempo para os estudos, longas distâncias até a universidade e falta de uma alimentação adequada para um aprendizado eficiente.

No caso específico desta última, o Restaurante Universitário (RU) pode desempenhar um papel crucial na mitigação da insegurança alimentar entre estudantes de baixa renda, ao oferecer refeições acessíveis e nutritivas. Os RUs fazem parte de um conjunto de ações de políticas estudantis que buscam a potencialização dos direitos sociais dos estudantes universitários, visando principalmente a superação da insegurança alimentar e nutricional (IAN).

Portanto, é relevante examinar a importância do RU na segurança alimentar dos universitários, com especial ênfase nos estudantes mais vulneráveis socialmente. Esse é o objetivo desta pesquisa: analisar a importância do RU na mitigação da insegurança alimentar dos acadêmicos da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para isso, este estudo está composto de cinco seções, incluindo esta. Na segunda seção, é apresentada a origem e os objetivos dos RUs, seguida da metodologia, na terceira. Na quarta, inclui-se a análise dos dados. Por fim, tem-se as considerações finais.

Restaurantes Universitários: origem, objetivos e sua relação com a insegurança alimentar

Os primeiros RUs do Brasil surgiram nas décadas de 1950 e 1960, inaugurados pela Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (MEC, 1984), sendo primariamente voltados para atender às demandas alimentares de estudantes que permaneciam por longos períodos nas universidades. Foi uma resposta às necessidades de uma população, muitos provenientes de outras cidades, que residiam em repúblicas, apartamentos ou kitnets. Dependendo do suporte financeiro limitado, esses estudantes buscavam opções de alimentação com custo acessível, contribuindo assim para a manutenção de despesas mínimas durante sua trajetória acadêmica.

Apenas muito recentemente, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) [Lei 14.914 de 03 de julho de 2024] incluiu um programa especificamente relacionado aos RUs, que se destina a promover e garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, ao desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito do espaço acadêmico, o Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (PASES) (Brasil, 2024).

Nessa lei consta, no capítulo IV, Art. 14, que:

As instituições federais de ensino superior e as instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica devem atuar de forma a oferecer espaços adequados para a oferta e o consumo de alimentos, por meio da criação e da disponibilização de restaurantes universitários que também atuem como espaços de formação cultural e para a cidadania (Brasil, 2024, p.1).

Neste sentido, os RUs fazem parte da assistência estudantil (AE) das universidades e têm por finalidade a oferta de refeições de qualidade a um custo acessível, até gratuito, a fim de atender as necessidades da comunidade acadêmica, visando garantir a permanência dos estudantes (Souza, 2022). No entanto, a lei de 2024 é destinada às instituições de ensino superior federais, sendo as instituições estaduais, distritais ou municipais atendidas apenas se houver disponibilidade de recursos orçamentários (conforme inferido no artigo 2º - Brasil, 2024).

Importante destacar que, além do fornecimento de alimentação adequada, os RUs também contribuem para a criação de um ambiente propício para interações sociais entre os estudantes, onde a ressocialização pode ajudar a reduzir o estresse e promover o sentimento de pertencimento à comunidade acadêmica, promovendo, consequentemente, a permanência estudantil (Souza, 2022).

Pesquisas e estudos demonstram os impactos da insegurança alimentar entre os discentes do ensino superior, bem como a relevância dos RUs para diminuição desses efeitos. Em um estudo internacional, por meio de entrevistas realizadas com estudantes de graduação de uma universidade pública do estado da Califórnia, Meza *et al.* (2019) analisaram os impactos psicossociais da insegurança alimentar na vida cotidiana destes, evidenciando sentimentos como o estresse, a tristeza, o medo, o ressentimento, a dificuldade de estabelecer relações sociais, e, principalmente, a sensação de desesperança e a frustração com a falta de apoio institucional.

Quanto ao impacto no desempenho desses acadêmicos, os autores identificaram que sintomas físicos de fome e o conflito entre focar na alimentação ou nos estudos foram situações relatadas com frequência pelos acadêmicos.

No Brasil, uma pesquisa conduzida por Pereira e Alves (2022) revelou que, antes da pandemia, aproximadamente 35% dos estudantes dependiam do RU para suas refeições diárias. Com o acesso restrito durante a pandemia de Covid-19, muitos estudantes perderam essa importante fonte de alimentação, resultando em um aumento significativo nos casos de insegurança alimentar e transtornos alimentares. Os pesquisadores indicam que o fechamento dos RUs durante a pandemia, sem uma alternativa clara, pode ter acarretado sérios problemas alimentares, especialmente para aqueles que vivem longe de suas residências familiares. Este fato evidencia a importância da existência de RUs no âmbito das políticas de assistência estudantil.

No contexto de universitários afetados durante a pandemia de Covid-19, Araújo *et al.* (2021), em uma pesquisa realizada com o objetivo de avaliar a prevalência da insegurança alimentar de estudantes que residiam na moradia estudantil da Universidade de São Paulo (USP), constatou que 84,5% destes universitários estavam em insegurança alimentar, fato este, segundo os autores, agravado durante o período.

Considera-se, portanto, que a necessidade do isolamento social, somada à instabilidade de renda e trabalho, pode ter ocasionado redução no acesso a alimentos e na qualidade nutricional (Jaime, 2020). Neste caso, estudantes universitários que já se encontravam em situações de vulnerabilidade, antes da pandemia, tiveram estas ampliadas com a Covid-19, e consequentemente, com a suspensão dos RUs no período (Araújo, 2022).

Metodologia

Os dados analisados neste estudo foram coletados por meio de uma pesquisa conduzida pelo Núcleo de Pesquisa "Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza", pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEPG.

A pesquisa foi conduzida com base em uma amostra probabilística estratificada dos estudantes de graduação da UEPG, utilizando um intervalo de confiança de 99% e uma margem de erro de 3,0 pontos percentuais. A instituição contava com 6.731 alunos matriculados em agosto de 2023, e a pesquisa selecionou uma amostra aleatória de 1.435 acadêmicos, considerando a proporção de alunos de cada curso e turno em relação ao total de estudantes da instituição. A aplicação do questionário foi realizada por meio do *google forms* disponibilizado por acesso online institucional. Este questionário foi aprovado pelo comitê de ética, sob o n. 65555422.0.0000.0105.

Na análise dos dados, inicialmente, mensurou-se a (in)segurança alimentar de cada estudante por meio da metodologia da FAO⁵. No Quadro 1, tem-se as questões que mediram a (in)segurança alimentar:

⁵ A metodologia FIES (*The Food Insecurity Experience Scale*) da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) é comumente avaliada pelo Modelo de Resposta ao Item (*Rasch*), uma abordagem estatística que estima parâmetros para itens e respondentes em uma escala unidimensional. O *Rasch* busca proporcionar uma medida precisa e comparável da insegurança alimentar, especialmente em comparações entre populações ou ao longo do tempo. Neste artigo, optou-se por uma abordagem mais descritiva devido ao objetivo principal de obter uma medida geral da vulnerabilidade alimentar na população de acadêmicos. O foco foi em *insights* abrangentes, em vez de uma análise detalhada da escala, visando fornecer dados práticos para intervenções ou políticas. Destaca-se a escolha por uma abordagem direta em prol da utilidade prática dos resultados na tomada de decisões.

Quadro 1- Perguntas que compõem a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (IA) -FAO

Pergunta: “Nos últimos 12 MESES,”	Descrição	IA
1. Teve preocupação de não ter comida suficiente, por falta de dinheiro ou outros meios?	Incerteza e preocupação com relação à comida	Leve
2. Não conseguiu ter uma alimentação saudável e nutritiva, por falta de dinheiro ou outros meios?	Qualidade inadequada dos alimentos	Leve
3. Comeu apenas alguns poucos tipos de alimentos, por falta de dinheiro ou outros meios?	Qualidade inadequada dos alimentos	Leve
4. Deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro ou outros meios para obter comida?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
5. Comeu menos do que achou que devia comer, por falta de dinheiro ou outros meios?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
6. Ficou sem comida em sua casa, por falta de dinheiro ou outros meios?	Quantidade insuficiente de alimentos	Moderada
7. Sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro ou outros meios para obter comida?	Quantidade insuficiente de alimentos	Grave
8. Ficou um dia inteiro sem comer, por falta de dinheiro ou outros?	Quantidade insuficiente de alimentos	Grave

Fonte: FAO (2018).

As respostas às perguntas listadas no Quadro 1 foram analisadas para avaliar o nível de insegurança alimentar dos graduandos da UEPG em agosto/novembro de 2023. Uma resposta afirmativa por parte do respondente indica a presença de insegurança alimentar. Cada pergunta possui um grau de intensidade de insegurança alimentar, que se amplia progressivamente em direção às perguntas finais. Dessa forma, os participantes podem ser classificados em segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada ou grave.

Além das questões relacionadas à insegurança alimentar, os participantes foram questionados sobre suas características socioeconômicas, demográficas e uso do RU. Um dos pontos analisados foi a utilização do RU como local para a refeição principal dos alunos. Com esses dados, foi aplicado um modelo Logit, com o objetivo de identificar os fatores que aumentam a chance de o RU ser o local onde os alunos fazem sua refeição principal, cujos detalhes da estimação são explicados no tópico seguinte.

Adicionalmente, foi realizada uma análise de frequência para relacionar a (in)segurança alimentar de cada acadêmico com o uso do RU, além de analisar a frequência semanal de utilização do RU, em relação aos diferentes graus de insegurança alimentar. Por fim, para identificar se o uso do RU tem impacto na mitigação dos graus de insegurança alimentar, foi utilizado o método *Propensity Score Matching*, que também será apresentado na sequência.

Modelo Logit e estratégia empírica

O modelo Logit é uma técnica estatística que permite a previsão de valores de uma variável categórica, frequentemente binária, com base em variáveis explicativas contínuas e/ou binárias. Essa técnica é útil para modelar a probabilidade de ocorrência de um evento em função de diversos fatores (Wooldridge, 2017).

No modelo Logit, a variável dependente binária é ajustada a uma curva de probabilidade segundo a função de regressão logística (1). Nessa equação, a probabilidade de ocorrência do evento é representada por P , enquanto $1 - P$ representa a probabilidade de o evento não ocorrer. A transformação Logit da variável dependente é dada por $\ln(P/(1-P))$, e os coeficientes de regressão (b_i) indicam o efeito das variáveis independentes (X) sobre a probabilidade de ocorrência do evento (Y).

$$\begin{aligned} \widehat{y}^{VD} &= \underbrace{\ln\left(\frac{P}{1-P}\right)}_{\text{logit}} \\ &= b_0 + b_1X_1 + \dots + b_iX_i \end{aligned} \quad (1)$$

É importante destacar que, no modelo Logit, as probabilidades não aumentam linearmente com as variáveis independentes, mas seguem uma função logística acumulada. Dessa forma, as chances de sucesso aumentam ou diminuem com as variáveis independentes, até alcançar um ponto de saturação, no qual poucas diferenças são observadas.

Diante da impossibilidade de estimar diretamente os valores do Logit para observações individuais, as estimativas são obtidas por meio do método de Máxima Verossimilhança. Para testar a hipótese nula de que todos os coeficientes angulares são iguais a zero, utiliza-se a estatística da razão de verossimilhança (*likelihood ratio*).

Dessa forma, foi estimado um modelo Logit para analisar a chance de um aluno da UEPG utilizar o RU (variável dependente binária: 1 se usa e 0 caso contrário). Como variáveis explicativas, utilizou-se: Sexo (1 para feminino e 0 para masculino); Idade; Cor (1 para branco e 0 para não branco); Cotas (1 para cotistas e 0 para não cotistas); Renda per capita; Programa Social (1 para aqueles que recebem algum auxílio de programas sociais e 0 caso contrário); Bolsa (1 para aqueles que recebem alguma bolsa e 0 caso contrário); Mora em Ponta Grossa (1 caso more na cidade de Ponta Grossa e 0 caso contrário); Moradia Alugada (1 caso more de aluguel e 0 caso contrário); Licenciatura (1 caso curse alguma licenciatura e 0 caso contrário); Filhos (1 caso tenha filho e 0 caso contrário); Mulher x filhos (1 caso seja mulher e tenha filho e 0 caso contrário).

Propensity Score Matching e estratégia empírica

O *Propensity Score Matching* é uma estratégia estatística empregada para mitigar o viés de seleção em estudos observacionais, particularmente quando se busca estimar os efeitos de uma intervenção ou exposição em uma determinada população. Neste estudo, utilizou o *Propensity Score Matching* para equilibrar as características dos alunos que usam o RU e não usam, visando entender o impacto do RU na insegurança alimentar dos acadêmicos da UEPG.

Para calcular o *propensity score*, empregamos um modelo de regressão Logit, tendo o “uso do RU” ou não como variável dependente (variável binária, cujos valores corresponderam a 1 e 0, respectivamente) e se participa de algum programa social (variável binária, *proxy* para condição de pobreza), se cursa licenciatura (variável binária), se paga aluguel (variável binária) e se é bolsista (variável binária), como covariadas. O *propensity score* foi interpretado como a probabilidade de um aluno de usar o RU, considerando seu perfil demográfico e socioeconômico.

Em seguida, realizou-se o pareamento dos alunos com base na similaridade de seus escores de propensão, obtidos pelo modelo Logit. Utilizou-se métodos de emparelhamento, como o emparelhamento de vizinho mais próximo (1 e 2 vizinhos), *caliper matching* e *Kernel*, para criar grupos comparáveis de alunos usuários e não usuários do RU.

Após o pareamento, verificou-se a qualidade do balanceamento das covariadas entre os grupos. Utilizou-se testes de média para as variáveis de controle após o pareamento, com a hipótese nula de que o grupo de tratamento e o grupo de controle eram estatisticamente iguais. É importante destacar a necessidade de não haver discrepância entre as covariáveis selecionadas entre os grupos após o pareamento, o que foi observado neste estudo (conforme apresentado no apêndice A), apoiado pela função de densidade do OS (Apêndice B). Portanto, todas as variáveis atenderam a esse critério e foram incluídas no pareamento.

Posteriormente ao pareamento, os alunos com escores de propensão semelhantes foram agrupados para comparação. Em seguida, foram analisados os níveis de insegurança alimentar entre o grupo de tratamento (usuários do RU) e o grupo de controle (não usuários). Isso permitiu verificar se havia diferenças estatisticamente significativas nos níveis de insegurança alimentar entre os dois grupos, considerando os fatores controlados pelo pareamento.

Restaurante Universitário e (in)segurança alimentar dos graduandos da UEPG

A avaliação da insegurança alimentar entre os estudantes universitários desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente acadêmico propício para o aprendizado e para o desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que contribui para a promoção da equidade e do bem-estar no ensino superior. Entre os alunos da UEPG, constatou-se que, em 2023, aproximadamente 35% dos estudantes enfrentavam algum grau de insegurança alimentar, sendo que 14% se encontravam no nível mais grave, caracterizado pela vivência de fome (Tabela 1).

Em comparação com os dados nacionais, que apontavam que 27,6% dos domicílios brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar, com 4,1% deles enfrentando insegurança alimentar grave (IBGE, 2024), fica evidente que a privação alimentar entre os graduandos da UEPG estava relativamente mais acentuada do que a média nacional. Esse contraste é particularmente marcante quando se considera o grau mais extremo de insegurança alimentar, representado pela experiência de fome.

Tabela 1 – (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG – todos os alunos – agosto/novembro 2023

Condição Alimentar	Todos os alunos
Segurança Alimentar	65%
Insegurança alimentar leve	11%
Insegurança alimentar moderada	10%
Insegurança alimentar grave	14%
Total	100%

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Uma das causas da maior incidência de insegurança alimentar entre os alunos da UEPG, em comparação com a média da população brasileira, pode ser atribuída à inclusão de segmentos mais vulneráveis na educação superior, por meio de políticas de cotas e outros mecanismos de acesso. Em 2023, os dados desta pesquisa revelaram que aproximadamente 18% dos acadêmicos estavam em situação de pobreza, com renda per capita inferior a meio salário mínimo.

É importante ressaltar que, apesar do ingresso na universidade, a condição socioeconômica dos estudantes não sofre uma melhoria imediata. Pelo contrário, a entrada no ensino superior acarreta novos custos, como deslocamento até a instituição, aluguel

(principalmente para os estudantes de outras localidades⁶), além do custo de oportunidade relacionado ao tempo dedicado ao estudo, especialmente para aqueles que frequentam cursos no período diurno. Neste contexto, muitos acadêmicos se veem obrigados a conciliar os estudos com o trabalho para viabilizar sua educação superior. No entanto, em muitos casos, essa dualidade compromete sua capacidade de alcançar uma renda suficiente para suprir suas necessidades básicas, incluindo a alimentação.

Destarte, conforme evidenciado na Tabela 2, entre os estudantes que ingressaram na instituição por meio de cotas, pertencentes a grupos socioeconomicamente desfavorecidos e/ou beneficiados por programas sociais, observa-se uma proporção elevada enfrentando insegurança alimentar, chegando a 62%.

Tabela 2 – (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG – entrada por cotas e sistema universal – alunos em condição de pobreza – alunos que participam de programas sociais – agosto/novembro 2023

Características dos alunos:	Segurança alimentar	Insegurança Alimentar		
		Leve	Moderada	Grave
Ingressantes por cotas	58%	14%	11%	17%
Ingressantes pela via universal	69%	10%	10%	11%
Na condição de pobreza *	56%	15%	12%	17%
Não estando na condição de pobreza	67%	11%	10%	13%
Que não participa de programas sociais	70%	10%	8%	12%
Que participa de programas sociais	38%	21%	18%	23%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Nota: * Considerou que o aluno estava na condição de pobreza se sua renda per capita foi inferior a meio salário-mínimo per capita.

Assim, a universidade, anteriormente associada a uma elite privilegiada, atualmente acolhe uma diversidade de origens socioeconômicas, incluindo grupos socialmente vulneráveis. Este fenômeno reflete uma mudança em direção à democratização do ensino superior, onde a inclusão de pessoas de diferentes contextos enriquece o ambiente acadêmico (Filipak; Pacheco, 2020). Contudo, é necessário reconhecer que juntamente com essa diversidade, surge a necessidade premente de fornecer suporte adequado aos estudantes que enfrentam adversidades socioeconômicas. A universidade moderna confronta, assim, o desafio

⁶Destaca-se que, em 2003, estima-se que 37% dos acadêmicos da UEPG não tinham residência em Ponta Grossa antes de ingressar na graduação. Entre esses, 64% decidiram fixar residência na cidade após o início dos estudos.

de garantir igualdade de oportunidades e acesso a recursos para todos os membros, a fim de possibilitar a realização plena de seu potencial acadêmico e pessoal.

No caso da UEPG, os RUs possuem capacidade de atendimento para 124 pessoas no Campus Universitário Central e 398 pessoas no Campus Universitário em Uvaranas, sendo que estes fazem um sistema de rodízio e atendem diariamente 2000 pessoas.

Em 2024, a universidade oferecia isenção para 339 acadêmicos, com o objetivo de atender aqueles em situação de vulnerabilidade social. Também existe a opção de desconto parcial do valor, usufruído por 98 acadêmicos. O valor atual para acadêmicos que não possuem isenção e estão matriculados na instituição é de R\$3,80.

Com o propósito de avaliar a relevância do RU na nutrição dos estudantes da UEPG, indagou-os quanto ao local onde fazem a refeição principal do dia (Tabela 3). Dos estudantes questionados, 30,9% apontaram o RU como seu principal local de refeição, destacando, assim, a sua importância na alimentação dos acadêmicos.

Tabela 3 – Local onde o acadêmico faz sua principal refeição (%) – UEPG – agosto/novembro 2023

Local	Percentual
Casa ou casa de familiares	46,8%
RU	30,9%
Trabalho	15,0%
Restaurante/Restaurante popular	2,8%
Não respondeu	1,9%
Marmita	1,4%
RU e em Casa	0,2%
Outros	1,0%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Dos acadêmicos pesquisados, 31% relataram utilizar o RU pelo menos uma vez por semana, sendo que 23% dos estudantes frequentavam o RU mais de três vezes por semana. Além disso, ao correlacionar a frequência de uso semanal do RU com o fato de o considerarem como o principal local para refeições (Tabela 4), observa-se que o grupo que mais o utiliza semanalmente é também o que possui o maior percentual de estudantes que o têm como principal fonte de alimentação. Isso evidencia a importância do RU para parte expressiva dos acadêmicos da UEPG.

Tabela 4 – Percentual de graduandos da UEPG que usa o RU – número de vezes por semana – agosto/novembro 2023

Usa o RU por semana	Percentual de Estudantes	Tem o RU como local para realizar sua principal refeição	
		Não	Sim
Não usa	69.16%	100%	0,3%
1 vez	0.63%	0%	2,1%
2 vezes	0.76%	0%	2,5%
3 vezes	6.21%	0%	20,1%
Mais que 3 vezes	23.24%	0%	75,0%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Diversos fatores podem estar por trás da escolha do RU como a principal opção de refeição para alguns alunos. Conforme resultados apresentados na Tabela 5, o recebimento de bolsa e a participação em programas sociais estão associados a uma maior probabilidade de o RU ser selecionado como o local principal para as refeições. Isso sugere que a isenção do RU para grupos mais vulneráveis socialmente tem sido eficaz na ampliação do acesso.

Os estudantes residentes em Ponta Grossa e aqueles que vivem em residências alugadas, afastados da casa dos pais, também mostraram uma maior inclinação para escolher o RU como o principal local para suas refeições diárias.

No entanto, entre os estudantes de licenciatura, observa-se uma redução na preferência pelo RU. Isso pode ser atribuído às restrições de tempo enfrentadas por esses estudantes, muitas vezes envolvidos em estágios ao longo de sua graduação, o que diminui sua probabilidade de escolher o RU como principal local para as refeições.

Além disso, os estudantes mais velhos demonstraram uma menor propensão a escolher o RU como a principal opção para suas refeições. Muitos desses alunos, já inseridos no mercado de trabalho, podem preferir outras alternativas alimentares além do RU. Além disso, devido aos horários restritos de funcionamento do RU, muitos não conseguem usufruir da alimentação universitária, pois esses horários não se ajustam à sua rotina de trabalho⁷.

⁷No questionário aplicado aos alunos, uma das perguntas abertas abordava possíveis melhorias para o RU. Dentre as sugestões, destacava-se a ampliação dos horários de funcionamento, o que reforça a inferência de que a limitação no uso do RU está diretamente relacionada aos horários restritos de operação.

Tabela 5 – Estimativa econométrica (modelo Logit) – escolha do RU como principal local para que os acadêmicos realizem a refeição – UEPG (variável binária: 1 para o RU e 0 caso contrário)

	Coefficiente
Sexo (1 para feminino; 0 caso contrário)	-0,1606
Idade	-0,0682*
Cor (1 para autodeclarados como da cor branca ou amarela; 0 caso contrário)	0,1674
Cotas (1 para alunos que ingressaram por cotas; 0 caso contrário)	-0,1468
Renda per capita	-0,0001*
Programa social (1 para quem acessa pelo menos um programa social; 0 caso contrário)	0,5653*
Bolsa (1 para quem tem alguma bolsa; 0 caso contrário)	0,9316*
Mora em Ponta Grossa (1 para quem mora em Ponta Grossa; 0 caso contrário)	1,0048*
Moradia alugada (1 para quem mora de aluguel; 0 caso contrário)	0,4105*
Licenciatura (1 para quem faz licenciatura; 0 caso contrário)	-1,3948*
Filhos (1 para quem tem filho; 0 caso contrário)	-0,4966

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nota: *nível de significância de 5%.

Ao examinar a relação entre a modalidade de refeição oferecida pelo RU e os níveis de (in)segurança alimentar (Tabela 6), observa-se que os estudantes que "almoçam e jantam" no RU estão mais propensos à insegurança alimentar (67%).

Além disso, ao investigar a frequência semanal com que os alunos fazem suas refeições no RU (Tabela 7), nota-se que entre aqueles que frequentam o restaurante mais de duas vezes por semana, há um percentual maior de estudantes que enfrentam a insegurança alimentar. Isso ressalta a relevância das refeições fornecidas pelo RU para esse grupo de estudantes – sendo, para muitos, a principal fonte de alimentação – e evidencia que o RU desempenha um papel significativo na assistência àqueles com maior necessidade de apoio alimentar. Ou seja, embora esteja disponível para todos os acadêmicos, está atendendo especialmente aqueles que mais necessitam de alimentação.

Neste sentido, pode-se fazer correlação com os resultados obtidos no estudo de Perez (2015), o qual constatou que, antes do RU ser implementado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2011, era frequente estudantes não possuírem uma alimentação adequada e, após a instalação do mesmo na instituição, houve um aumento significativo na qualidade da alimentação dos estudantes, reduzindo também as desigualdades alimentares entre alunos que ingressaram por cotas e os de entrada universal.

Tabela 6 – (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* uso do RU – agosto/novembro 2023

Uso do RU	Insegurança alimentar	Segurança alimentar	Total
Não Utiliza	32%	68%	100%
Apenas almoço	39%	61%	100%
Apenas jantar	29%	71%	100%
Jantar e almoço	67%	43%	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Tabela 7 – (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* número de vezes que se alimentar no RU – agosto/novembro 2023

N. de vezes que se alimenta RU	Insegurança alimentar	Segurança alimentar	Total
0	32%	68%	100%
1 vez	22%	78%	100%
2 vezes	36%	64%	100%
3 vezes	43%	57%	100%
Mais que 3 vezes	42%	58%	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Ao mesmo tempo, conforme dados da Tabela 8, tem-se um percentual elevado de estudantes em insegurança alimentar que não utilizam o RU. Com efeito, de todos os estudantes que estão na insegurança alimentar grave, 69% não utiliza. Ou seja, há espaço para ampliação da ação institucional no que se refere ao fornecimento de alimentação para os estudantes mais vulneráveis em termos alimentares.

Analisando este grupo que está na insegurança alimentar grave e não utiliza o RU como principal local da realização das suas refeições, constata-se (Tabela 8) que a sua maioria (93%) ou faz a sua refeição principal em casa (65%) ou no trabalho (28%).

Tabela 8 - (In)segurança alimentar dos discentes da UEPG *versus* se tem o RU como principal local das suas refeições – agosto/novembro 2023

Utiliza o RU	Grave	Moderada	Leve	AS	Total Geral
Não	69%	57%	63%	72%	69%
Sim	31%	43%	37%	28%	31%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

A análise das características dos discentes da UEPG, considerando a segurança alimentar e o uso do RU, revela diferenças notáveis entre aqueles que têm o RU como principal local para realizar suas refeições (TRU) e aqueles que não utilizam o RU (NRU) (Tabela 9).

Entre os estudantes em insegurança alimentar grave, aqueles que utilizam o Restaurante Universitário (TRU) possuem uma renda média per capita inferior em comparação aos que não utilizam o RU (NRU) na mesma situação. Além disso, há uma maior participação de acadêmicos em programas sociais entre os usuários do RU, bem como um percentual mais elevado de estudantes que procuram emprego. Em resumo, entre os estudantes classificados como estando em insegurança alimentar grave, aqueles que utilizam o RU apresentam maior fragilidade social e econômica em relação aos que não utilizam, evidenciando que o RU atende especialmente aos mais vulneráveis socialmente.

Outro dado que se destacou refere-se aos alunos que não moravam em Ponta Grossa e passaram a morar na cidade. Esses alunos estão mais inseridos em situações de insegurança alimentar grave e utilizam mais intensamente o RU, assim como aqueles que moram de aluguel e são os principais responsáveis pelo pagamento. Por fim, os alunos em cursos cujo turno é integral apresentam um percentual expressivamente maior de insegurança alimentar grave em comparação aos que cursam em outros períodos.

Assim, pode-se inferir que o RU desempenha um papel importante na vida dos estudantes da UEPG, especialmente entre aqueles que enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação adequada. Os dados revelam que os estudantes em situação de insegurança alimentar grave que utilizam o RU possuem características socioeconômicas mais desfavoráveis, além do que, é especialmente importante para os estudantes que não residiam em Ponta Grossa antes de ingressar na universidade e para aqueles que estudam em turnos integrais, indicando que esses grupos dependem mais do RU para suprir suas necessidades alimentares durante o período acadêmico.

Tabela 9 – Características dos discentes da UEPG que estão na (in)segurança alimentar e que “tem o RU como principal local para realizar suas refeições” (TRU) ou “não tem o RU como principal local para realizar suas refeições” (NRU) – agosto/novembro 2023

Características	Grave		Demais graus de IA		Segurança alimentar		Todos os alunos
	TRU	NRU	TRU	NRU	TRU	NRU	
% que estava na condição de pobreza	28	21	20	23	18	14	18
% que participa de programas sociais	37	25	35	27	12	9	17
% que está procurando emprego	53	44	27	30	22	21	26
% que está trabalhando	7	31	6	28	6	26	21
Renda média per capita (R\$)	1042,00	1157,00	1117,00	1261,00	1724,00	2119,00	1770,00
% que tem filhos	5	12	3	13	1	7	7
Dos que têm filhos – % que mora com eles	66	90	100	92	100	88	89
% que não morava em Ponta Grossa antes de iniciar a graduação	53	35	45	30	43	34	37
Dos que não moravam - % que passou a morar em Ponta Grossa	100	53	87	70	82	45	64
% que tem a moradia alugada	55	32	40	36	28	18	27
% que paga o aluguel	22	14	14	12	4	4	8
Gasto médio com o Aluguel (R\$)	402,00	241,00	304,00	338,00	265,00	298,00	297,00
Tempo médio de deslocamento - residência a Universidade (minutos)	36	47	37	40	39	32	37
Gasto médio com deslocamento (R\$)	141,00	304,00	127,00	160,00	157,00	187,00	183,00
% que são do sexo feminino	60	66	69	72	57	60	62
% que se autodeclararam da cor não branco	25	26	22	25	12	18	19
Média de idade (anos)	22	24	21	24	21	24	23
% que cursa licenciatura	13	40	15	32	8	26	23
% que cursa o turno noturno	5	62	13	51	8	49	38
% que cursa o turno integral	70	22	63	29	69	29	40
% que entrou por cotas	53	50	45	48	35	37	41

Fonte: Resultados da Pesquisa (2023).

Considerando os resultados anteriores, é possível inferir a existência de uma associação entre o uso do RU e níveis mais elevados de insegurança alimentar, indicando que o RU é frequentemente procurado por estudantes com maior carência alimentar. No entanto, observou-se que nem todos os indivíduos em situação de insegurança alimentar, especialmente a grave, fazem uso do RU. Diante dessa constatação, surge a indagação: ao comparar estudantes com características semelhantes, exceto pelo fato de um grupo utilizar o RU e o outro não, será que o acesso ao RU contribui para a redução da intensidade da insegurança alimentar?

A fim de responder esse questionamento, procedeu-se à estimativa do efeito médio de utilizar o RU na insegurança alimentar por meio do método *Propensity Score Matching*. Como resultado, a Tabela 10 evidencia a existência de um efeito negativo e estatisticamente significativo em se utilizar o RU na insegurança alimentar, indicando que os estudantes que

usam o restaurante, quando comparados aos pares similares, tendem a apresentar, na média, um menor grau de insegurança alimentar. Ressalta-se que a diferença pode chegar, na média, em mais de um grau de insegurança alimentar.

Isso evidencia que o RU está atendendo especialmente quem mais precisa, e o seu uso mitiga, em parte, a insegurança alimentar dos acadêmicos da UEPG.

Tabela 10 – Efeito médio de “ser usuário do RU sobre a (in)segurança alimentar (0 refere-se aos alunos que estão na segurança alimentar; 1 para os que estão na insegurança alimentar leve; 2 para os que estão na moderada e 3 na grave) – 2010 a 2017

Variável resultado	Algoritmo	Efeito médio	Erro Padrão
(In)Segurança alimentar	2 vizinhos	-1,30	0,68
	1 vizinho	-1,80*	0,87
	Kernel	-0,74	0,40
	Caliper	-1,80*	0,86

Fonte: Resultados da pesquisa (2023).

Nota: * estatisticamente significativo a 5%; ns não significativo.

Considerações finais

Analisando os resultados dessa pesquisa, foi possível observar índices elevados de insegurança alimentar entre os estudantes da UEPG. Ao mesmo tempo, constatou-se existência de um efeito positivo do RU na mitigação da carência alimentar.

Destaca-se que acadêmicos inseridos em programas de políticas afirmativas e programas sociais, inseridos dentro ou fora da universidade, utilizam o RU como meio de realizar a principal refeição do dia, o que significa que a isenção do RU para grupos mais vulneráveis socialmente tem sido eficaz na ampliação do acesso.

Durante o procedimento de realização do estudo não se deu a opção da pergunta para os grupos que não utilizam o RU, o motivo da não utilização. Destaca-se, portanto, a necessidade de abordar esta questão em futuros estudos, a fim de compreender os motivos que levam os acadêmicos que estão em insegurança alimentar a não procurar o RU como opção de refeição.

A coleta e análise de dados empíricos, proporcionam uma visão detalhada e contextualizada da realidade enfrentada pelos estudantes da instituição pesquisada. Esperou-se, com os resultados deste estudo, orientar os gestores institucionais na implementação de ações que atendam melhor às necessidades dos estudantes, especialmente os mais vulneráveis, buscando uma melhor qualidade nutricional, alimentar e o bem-estar do corpo discente.

Referências

ARAÚJO, T. A. Acesso a restaurantes universitários e insegurança alimentar e nutricional. In: ANAIS DO V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 5., 2022, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2022. p. 494953-1.

ARAÚJO, T. A.; et al. (In)segurança alimentar e nutricional de residentes em moradia estudantil durante a pandemia do covid-19. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 28, p. 1-9, 2021. e021010. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v28i00.8661200>.

BLOM, A.; et al. *Education, earnings, and inequality in Brazil: 1982-1998: implications for education policy*. Washington: The World Bank, 2002.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2024. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2024.

Food and Agriculture Organization (FAO). The Food Insecurity Experience Scale. 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/voices-of-the-hungry/fies/en/>. Acesso em agosto de 2023.

FILIPAK, S. T.; PACHECO, E. F. H. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. *Revista Diálogo Educacional*, v. 17, n. 54, p. 1241-1268, 2017. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416x.17.054.ds09>.

IBGE. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. *Agência IBGE Notícias*. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20trimestre%20de%202023,%2C2%20milh%C3%B5es\)%20no%20grave](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20trimestre%20de%202023,%2C2%20milh%C3%B5es)%20no%20grave). Acesso dez. 2024.

JAIME, P. C. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 7, p. 2504-2504, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.12852020>.

MEZA, A.; et al. “It’s a feeling that one is not worth food”: A qualitative study exploring the psychosocial experience and academic consequences of food insecurity among college students. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, v. 119, n. 10, p. 1713-1721, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jand.2018.09.006>.

OLIVEIRA, R. B.; GUAGLIANONI, D. G.; DEMONTE, A. Perfil do usuário, composição e adequação nutricional do cardápio oferecido em um Restaurante Universitário. Disponível em: https://web.archive.org/web/20180516124145id_/http://serv-bib.fcfar.unesp.br/seer/index.php/alimentos/article/viewFile/500/463. Acesso em: 5 abr. 2024.

PEREZ, P. M. P. Impacto da implementação do Restaurante Universitário na alimentação de estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2015. *Tese* (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, G. Restaurantes universitários no contexto da Assistência Estudantil: Implicações dos modelos gerenciais. 2022. *Dissertação* (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2022.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna*. São Paulo: Thompson, 2017.